Universidade de Brasília - Unb
Faculdade de Ciência da Informação – FCI
Graduação em Biblioteconomia

Definição de critérios e análise das obras raras da Biblioteca do Superior Tribunal Militar: uma proposta

Aline Pêdra de Jesus

Brasília – DF

2016

Aline Pêdra de Jesus

Definição de critérios e análise das obras raras da Biblioteca do Superior Tribunal Militar: uma proposta

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em biblioteconomia.

Orientadora: Profª Greysiane Lins

Brasília – DF
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Jesus, Aline Pêdra.

Definição de critérios e análise das obras raras da Biblioteca do Superior Tribunal Militar: uma proposta / Aline Pêdra de Jesus. – Brasília, 2016.
48 f. : il.

Orientadora: Greyciane Lins
Monografia (Curso de Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2016.

1. Obras raras. 2. Critérios de raridade. 3. Superior Tribunal Militar. I. Título

CDU 090.1

Dedico esse trabalho a minha mãe Corina, por todo amor, carinho e empenho para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, os meus agradecimentos sinceros e emocionados.

Em especial, agradeço:

- A Deus que mesmo em meio a tantas lutas e provações tem me sustentado de pé.
- À meus filhos Douglas e Marcela, que soube entender o momento, e não cobrou a mãe, por vezes ausente.
- À professora Greyciane Lins, por acreditar no meu projeto, por aceitar me orientar e pela paciência que teve em meio às dificuldades durante todo o processo de orientação.
- Aos bibliotecários e funcionários da Biblioteca do Superior Tribunal Militar, pela presteza e boa vontade.

.

Resumo

Definir o que pode ser considerado uma obra rara não é uma tarefa simples. Apesar de que constantemente as obras raras estejam diretamente relacionadas à idade do material, em certas ocasiões aspectos mais sutis como uma anotação feita pelo autor na obra pode tornar uma obra rara. Ainda existe o valor institucional da obra o qual é de extrema importância para a instituição. Essa pesquisa buscou levantar conceitos com o objetivo de propor os critérios de raridade bibliográfica para a Coleção de obras raras da Biblioteca do Superior Tribunal Militar. Centrada em revisão de literatura e na observação das coleções da Biblioteca, esta pesquisa configura-se como contribuição para Biblioteconomia Militar, especialmente, no que se refere às obras de memória militar. Discorre sobre a formação e desenvolvimento das coleções raras. Compila critérios de raridade bibliográfica, a partir de estudos realizados nas coleções de outras instituições jurídicas e apoiada nos conceitos de raridade de vários autores da biblioteconomia e analisa critérios não formais, mas, observados na Coleção. A proposição é enriquecida por imagens de itens da Coleção de Obras Raras do STM. Conclui, ponderando sobre o impacto esperado dos critérios propostos na coleção especial da instituição em questão.

Palavra-chave: Livros raros. Critérios de Raridade Bibliográfica. Coleção especial. Superior Tribunal Militar.

Abstract

Defining what can be considered a rare work is not a simple task. Although rare works are constantly directly related to the age of the material, on some occasions more subtle aspects such as an annotation made by the author in the work can make a rare work. There is still the institutional value of the work, which is extremely important for the institution. This research sought to raise concepts with the objective of proposing the criteria of bibliographic rarity for the Collection of rare works of the Library of the Superior Military Court. Centered on literature review and the observation of the Library's collections, this research is a contribution to Military Librarianship, especially as regards military memory works. Discusses the formation and development of rare collections. It compiles criteria of bibliographic rarity, based on studies carried out in the collections of other legal institutions and supported by the rarity concepts of several authors of librarianship and analyzes non-formal criteria, but, observed in the Collection. The proposition is enriched by images of items from the Rare Works Collection of the STM. It concludes by weighing the expected impact of the proposed criteria on the special collection of the institution in question.

Keyword: Rare books. Criteria of Bibliographic Rarity. Special collection. Superior Military Court.

SUMÁRIO

1. Introdução 9

2. Justificativa 11

3. Objetivos 11

3.1 Objetivos gerais.....12

3.2 Objetivos específicos.....12

3.3 Problemática.....12

4. Metodologia 12

5. Revisão de literatura..... 13

5.1 Obras raras: conceituação.....15

5.2 Critérios de raridade.....15

5.3 Preservação e conservação.....16

5.4 Medidas de Prevenção.....18

5.5 A biblioteca do Superior Tribunal Militar.....19

5.6 Mário Tibúrcio Gomes Carneiro.....21

6. Obras raras e bibliotecas jurídicas..... 25

7. Aplicação da metodologia..... 27

8. Análise dos dados..... 28

9. Considerações finais..... 39

Referências..... 40

ANEXO A – Informações dos registros bibliográficos (obras raras) do catalogo *on-line* do STM.....43

1. Introdução

Milhões de livros, folhetos, revistas e jornais foram publicados desde a invenção da impressão há mais de quinhentos anos. Apenas uma pequena parte destas obras, no entanto, seria considerada “rara” por especialistas. Infelizmente, não há fórmulas fáceis para determinar raridade. As pessoas valorizam um livro quer por causa de seu conteúdo, ou por causa de suas características físicas. Primeiras edições de importantes obras literárias ou históricas e relatos iniciais de descobertas científicas ou invenções são exemplos de livros que são importantes devido ao seu conteúdo. Livros ilustrados que dão uma nova interpretação de um texto ou são obras de um artista estimado também são valorizados. Livros que foram reprimidos ou censurados podem ser importantes e escassos, uma vez que alguns exemplares podem ter sobrevividos. As características físicas, tais como uma ligação especial, um uso precoce de um novo processo de impressão, um autógrafo, inscrição, ou anotações de uma pessoa famosa, também podem contribuir para a importância de um livro e seu preço no mercado. Por isso, tantas características subjetivas dificultam o reconhecimento de uma verdadeira obra rara.

As instituições não estão preparadas para seleção e análise de documentos que podem ser considerados obras raras, uma vez que a falta de profissionais especializados em acervos raros contribui para que muitas obras raras sejam confundidas com obras antigas, e vice-versa. Portanto, seria de grande importância o trabalho de um historiador, um arquivista juntamente com o bibliotecário, uma vez que o trabalho exercido pelo bibliotecário de obras raras tem cada vez mais se confundido com o de profissionais de outros campos de atuação, sendo assim importante o constante intercâmbio de experiências de atuação, o que ajudaria bastante a reduzir esses equívocos. (WHYTE, 2007, p. 43-54)

Como observa Reifschneider (2008, p.6), nos EUA, as vagas em departamentos de obras raras são sempre ocupadas por funcionários especializados. Basta analisar algumas chamadas de currículos para preenchimento de cargos do gênero, disponibilizadas na lista de discussões online Exlibris (desde 1991), formada majoritariamente por bibliotecários estadunidenses. Destes é frequentemente exigido

que tenham mestrado, por vezes doutorado, que consigam ler latim, e outra língua além de inglês, e, claro, os salários são condignos às qualificações exigidas.

O autor também cita a importância de outra categoria de profissional na equipe do setor de obras raras, esse profissional seria o especialista em restauração de documentos. No Brasil a Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (ABER) tem desenvolvido cursos de higienização, costura e douração de acervo, entre outros.

Por isso é necessário uma política de acervo específica para obras raras, uma vez que existe uma ausência de uma política nacional norteadora, cada biblioteca que pretenda formar uma coleção deve formar também sua própria política que defina quais materiais farão parte dessa coleção. o documento deverá incluir principalmente a política de seleção utilizada pela Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro que tem bastante credibilidade na área (RODRIGUES, 2006, p. 115; RABELO, 2010)

A política deverá ser criada com base na realidade da instituição e não adotar uma definida por outra instituição. Pinheiro (1989, p. 29) conclui que “a melhor das metodologias é aquela desenvolvida pela mesma instituição que guarda o acervo, por seus responsáveis, especialistas e usuários”.

Por isso a presente pesquisa tem por objetivo, propor critérios para a seleção e classificação de obras raras para a Biblioteca do Superior Tribunal Militar.

2. Justificativa

O trabalho tem como objetivo central analisar e estabelecer os critérios para a identificação de obras raras junto ao acervo, já pré-selecionado da Biblioteca do Superior Tribunal Militar (STM), para que seja possível a formação e divulgação da referida coleção. O uso dos critérios de raridade justifica-se pela importância e relevância da obra rara como fonte de informação e pesquisa e como acervo histórico da literatura militar. Essa tarefa exige vasta investigação e conhecimentos prévios de quais critérios possibilitam definir o que é raro ou não. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo: propor quais serão os critérios empregados na seleção de materiais para o Setor de Obras Raras.

3. Objetivos

3.1 Objetivo Geral

Objetivo deste trabalho é propor e definir os critérios para a identificação de livros considerados raros da Biblioteca do Superior Tribunal Militar - STM.

3.2 Objetivos Específicos

Dentre os objetivos específicos estão:

- Levantar a partir da literatura nacional, critérios para identificar o que seria uma obra rara;
- Determinar os critérios de avaliação para as obras raras da Biblioteca do Superior Tribunal Militar;
- Formação e o desenvolvimento de uma coleção de obras raras em direito militar.

3.3 Problemática

O problema que se propõe nesta pesquisa é a necessidade de definir quais serão os referenciais teóricos utilizados na definição de critérios de raridade bibliográfica para a construção da coleção de obras raras da BSTM.

4. Metodologia

Para a aplicação da pesquisa, foi utilizado estudo de caso na BSTM, onde há uma política de acervo em elaboração para obras raras. Segundo Michel (2015, p. 53), o estudo de caso consiste na investigação de casos isolados ou de pequenos grupos, com o propósito básico de entender fatos, fenômenos sociais. Trata-se de uma técnica utilizada em pesquisas de campo que se caracteriza por ser o estudo de uma unidade, ou seja, de um grupo social, uma família, uma instituição, uma situação específica, entre outros, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos, ou seja, no seu próprio contexto.

O método de pesquisa utilizou-se de abordagem exploratória, baseada na análise da coleção, *in loco*, das obras raras da biblioteca em questão com a utilização de fontes bibliográficas, como livros, periódicos, artigos científicos publicados em eventos da área de Biblioteconomia, pelas políticas de obras raras desenvolvidas por outros órgãos do Poder Judiciário e também em fontes documentais como os relatórios gerados pela BSTM.

Esse estudo sistematizará todo o processo de seleção das obras raras da instituição em questão, apresentando diretrizes e critérios para sua identificação, através dos conceitos e avaliações que serão abordados durante a pesquisa e a importância da elaboração de uma política para definição de critérios de raridade bibliográfica para a instituição.

Sendo assim, as definições apresentadas aqui servirão de base para um levantamento do histórico da Coleção de Obras Raras da Biblioteca, a fim de diagnosticar a situação atual de seu tratamento técnico de forma geral; a análise de quais critérios foi utilizada para a definição do status de obra rara das coleções da biblioteca do STM. Para finalizar, a proposição de um manual específico para a Biblioteca contendo critérios que definem o que é raro de acordo com manuais analisados de

bibliotecas reconhecidas pelo tratamento de obras raras e levando-se em conta, também, aqueles aspectos que são relevantes para a instituição.

5. Revisão de literatura

Na revisão de literatura serão apresentados os tópicos: obras raras: conceituação, Critérios de raridade, preservação e conservação e medidas de prevenção.

5.1 Obras raras: conceituação

Uma obra rara para uma conceituação como tal, precisa de uma avaliação a partir das suas características, estas avaliações dependem de critérios pré-estabelecidos pela instituição responsável por sua guarda. As características verificadas, vão desde as baseadas no limite histórico, valor cultural, aspectos bibliográficos, características do exemplar, memória da instituição, entre outros.

Os conceitos levantados na bibliografia para este estudo quer em dicionários, obras de referência e estudos científicos, apresentaram divergências conceituais bem como e pouca consistência teórica.

Com a criação do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – PLANOR, por meio da Fundação Biblioteca Nacional através da Portaria n. 19, de 31 de outubro de 1983, que tem como objetivos: identificar, coletar, reunir e disseminar informações sobre acervos raros existentes no Brasil; fornecer orientações sobre procedimentos técnicos na identificação, organização, tratamento técnico e gestão desse patrimônio, conforme normas adotada pela Fundação Biblioteca Nacional e prestar assessoria técnica a outras instituições com a finalidade de orientar quanto à organização e preservação de acervos raros existentes no País, além de desenvolver programas de formação e aperfeiçoamento de mão de obra especializada.

O PLANOR passou a ser uma ferramenta muito utilizada pelas instituições que buscam conhecer, gerenciar e preservar seus acervos raros, compreendendo nesse universo as bibliotecas jurídicas que possuem, em seus acervos, obras que tratam da história da justiça do País, bem como da organização judiciária.

Um dos pontos mais ressaltados por pesquisadores deste tema é justamente a falta de conceitos norteadores. Os conceitos esbarram em subjetividades, na sua grande maioria. Rodrigues (2006, p.115), questiona o conceito subjetivo de obras raras e explana que:

> [...] de maneira bastante simplificada, pode-se dizer que livro raro é aquele difícil de encontrar por ser muito antigo, ou por tratar-se de um exemplar manuscrito, ou ainda por ter pertencido a uma personalidade de reconhecida projeção e influência no país e mesmo fora dele (por exemplo: imperadores, reis, presidentes), ou reconhecidamente importantes para determinada área do conhecimento (física, biologia, matemática e outras). Enfim, os elementos qualificadores envolvidos são diversos. Torna-se necessário, portanto, sistematizar uma metodologia a fim de explicitar e justificar os critérios adotados para identificar livros raros dentro de uma coleção.

Os termos “livro” e “obra” muitas vezes se confundem. Houaiss define “livro” como: “[...] coleção de folhas de papel, impressas ou não, cortadas, dobradas e reunidas em cadernos cujos dorsos são unidos por meio de cola, costura etc., formando um volume que se recobre com capa resistente” (DICIONÁRIO..., 2004). Já a definição de “obra”, para Houaiss, é: “[...] a produção total de um artista, de um cientista” (DICIONÁRIO..., 2004).

A palavra “rara” também significa algo valioso ou precioso; uma obra rara seria uma publicação incomum, difícil de encontrar, e com um valor maior do que os livros tradicionalmente disponíveis (SANT’ANNA, 2001).

Rubens Borba de Moraes (1998, p. 65) complementa:

> [...] um livro não é valioso porque é antigo e, provavelmente, raro. Existem milhões de livros antigos que nada valem porque não interessam a ninguém. Toda biblioteca pública está cheia de livros antigos, que, se fossem postos à venda, não valeriam mais que o seu peso como papel velho. O valor de um livro nada tem que ver com a sua idade. A procura é que torna um livro valioso.

Segundo Mindlin (1997, p. 29), as razões para determinar a raridade de uma obra são muitas e, além de algumas específicas, cada colecionador tem suas próprias motivações. Basicamente, todo livro que se procura, e não consegue encontrar, é raro - essa poderia ser a mais fácil das definições.

Os livros, sejam eles antigos ou raros, são considerados documentos representativos da memória de um país, e devem ser considerados como patrimônio

histórico e cultural, um patrimônio literário e intelectual da região, representativo da memória regional, nacional e mundial. Eles mantêm a memória do passado, pois refletem a comunidade e os indivíduos em determinados períodos da história. O registro destas ideias dá um sentido real de existência ao homem.

> **Raro** é aquilo que é tratado sob esta acepção em qualquer lugar – o que é raro no Brasil, também é na América do Norte, na Europa, na Ásia. Único remete a idéia de "exemplar único conhecido", relevando-se a existência de acervos potencialmente raros, não identificados, em bibliotecas, arquivos e museus, guardiães de livros [...]
>
> **Precioso** abrange noções de posse e identidade. Cada curador de acervo deve encarregar-se de acumular aquelas coleções que, em princípio, seriam de sua exclusiva competência, em função da missão da pessoa (física ou jurídica) que representa. Por exemplo: compete ao bibliotecário de um banco captar e armazenar todos os títulos referentes à história daquele banco, de seus fundadores, de seus acionistas – que são, por isso, preciosos – [...] (PINHEIRO, 2009).

Existem muitas divergências quanto à definição de raridade bibliográfica e guarda de livros raros, principalmente entre bibliotecários e colecionadores. Ambos reconhecem o valor histórico de uma obra antiga, mas os colecionadores não se baseiam na antiguidade da obra para sua distinção, já os bibliotecários e as bibliotecas referem-se à data como um dos principais critérios de raridade, acrescido de critérios utilizados por outras bibliotecas. Sant'Ana (2001, p. 8), diz que:

> Os responsáveis por bibliotecas públicas ou outras instituições mantidas pelo Estado não podem identificar uma obra como rara levando em conta apenas seu caráter histórico ou cronológico. Cada instituição que mantém acervo de obras raras precisa criar uma política própria para a definição das características particulares que os livros devem possuir para que sejam considerados raros.

Ele possui qualidades que o tornam diferente dos demais. Ele é, normalmente, subutilizado e requer pessoal especializado e sua manutenção na coleção não é barata, seja do ponto de vista da segurança ou de seu tratamento (GAUZ, 2008).

A definição do que pode ser uma obra rara não possui uma orientação padronizada, e deve levar em consideração o contexto da própria instituição. Para Pinheiro (2009, p. 36):

> Cada livro, mesmo que em dezenas de exemplares, ganha o caráter da unicidade, quando é parte de um todo particular, formado segundo os interesses de leitura de um professor, de um estudioso, de um colecionador. A biblioteca de livros raros no Brasil é múltipla (abrange objetos diferentes), porque é a soma de muitas coleções, assemelhadas e diversas, representativas de opiniões e ideologias, de crenças e descrenças, de verdades e mentiras.

Os livros raros demonstram, através de sua leitura, o pensamento de intelectuais que divulgaram as primeiras teorias do conhecimento que temos hoje. Conforme Pinheiro (2004), o conceito de livro raro é uma questão que aflige os pesquisadores da área, devido aos precedentes citados:

> 1) É impossível pré-determinar as características de um livro raro, porque cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas;
> 2) É difícil discernir sobre características postas em evidência, quando se tenta provar a raridade de um livro – os argumentos são frágeis, baseados no "inquestionável" pressuposto da antiguidade. (PINHEIRO, 2004).

5.2 Critérios de raridade

Sant'Ana (2001) indica a possibilidade de existência de dois níveis de critérios de raridade: primeiramente, um nível mais restrito, reservado para obras que são consideradas raras em qualquer parte do mundo; e um segundo nível, mais amplo, englobando obras com aspectos particulares, de interesse específico de uma biblioteca, como obras de juristas da instituição.

Pinheiro (1989) sugere uma divisão mais técnica, na qual o primeiro nível juntaria as obras raras propriamente ditas; no segundo nível, estariam as obras "preciosas", que abrangem a noção de posse e identidade, pois a biblioteca possuidora de uma coleção de obras raras tem a dupla missão de preservar a obra e ao mesmo tempo garantir o acesso às informações contidas nela, e ao mesmo tempo garantir o acesso às informações contidas nela, pois a preservação deve atingir não apenas o suporte, mas também a informação.

Desta forma não se chegou a um conceito absoluto, mas sim alguns critérios que podem classificar uma obra como sendo rara. O mais próximo que podemos chegar, em termos de documentação norteadora, é a publicação do livro “Bibliotecas Públicas: princípios e diretrizes”, da Fundação Biblioteca Nacional (2010). Este documento tem a pretensão de ser um manual para orientar a formação e manutenção de bibliotecas públicas pelo Brasil. No item que trata da aquisição, estão os critérios para qualificação de obras raras e encontramos uma definição do termo:

> Definem-se como obras raras os materiais bibliográficos e documentais de valor inestimável devido a antiguidade, autoria, primeiras edições, esgotamento da edição, exemplares autografados pelo autor, propriedades e características físicas peculiares, edições comemorativas com tiragens reduzidas e outros critérios de raridade. (BIBLIOTECA PÚBLICA, 2010, p. 71-72).

Geralmente, no Brasil são considerados livros raros todas as primeiras edições de autores consagrados no século XIX, ou impressões do período da regência de D. João VI e do Primeiro reinado, ou ainda exemplares com alguma particularidade, por exemplo, com autógrafo do autor do livro, obras com tiragens reduzidas, impressões em papéis especiais, entre outros.

Segundo Pinheiro (1989), para a elaboração de uma metodologia devem ser levados em conta alguns aspectos: limite histórico, aspectos bibliológicos, valor cultural, pesquisa bibliográfica e características do exemplar. Os dois primeiros aspectos abarcam todo o material que em geral é considerado raro; já nos outros, aparecem peculiaridades que dependerão de análise detalhada para uma correta indicação de raridade. No limite histórico, devemos, através da idade cronológica, levar em conta a aparição da imprensa nos diversos lugares do mundo, bem como os períodos que caracterizam a produção artesanal de impressos.

A autora lembra que o limite histórico é demarcado pelas principais datas da produção artesanal do livro, do século XV até antes de 1801 e, no Brasil especificamente, do século XIX, quando foram realizadas as primeiras impressões, devido à criação da Imprensa Régia. Indica também que o limite histórico pode ser definido considerando o “período que caracteriza a fase inicial da produção de impressos em qualquer lugar”.

Os aspectos bibliológicos consistem em observar os materiais utilizados na confecção do suporte da impressão, como o tipo de papel, emprego de pedras ou materiais preciosos na encadernação, ilustrações produzidas artesanalmente etc.

O valor cultural é o mais usual, com maior ocorrência, observando as publicações personalizadas, censuradas, expurgadas, primeiras edições, publicações em pequenas tiragens etc.

A pesquisa bibliográfica consiste na utilização de dicionários e enciclopédias bibliográficas especializadas nesse tipo de publicação, os quais apontam peculiaridades das obras, como preciosidade e raridade.

As características do exemplar implicam observar as particularidades de cada um, como autógrafos e dedicatórias de pessoas importantes, como o próprio autor, marcas de propriedade, carimbos, entre outros. Conforme Pinheiro (1989), nesta categoria encaixam-se aqueles elementos incluídos no exemplar depois de sua publicação.

Os critérios sugeridos pela autora estabelecem parâmetros básicos no auxílio à preservação das obras raras, que podem ser adotados e/ou alterados, diminuindo e/ou evitando a perda das mesmas. Vale ressaltar que o que é raro em um país também deve ser em qualquer parte do mundo, pois o local pode e não deve desmerecer a qualidade de raridade internacional de um documento, pois o mesmo agrega valores sociais e importância histórica.

5.3 Preservação e conservação

A preservação do acervo, com constantes agressões protagonizadas pelos usuários e pelas condições ambientais é necessário que a instituição que possua um acervo raro tenha uma política de preservação, conservação e restauração de documentos, com a finalidade de prolongar ao máximo o tempo de utilidade dos documentos existentes no acervo.

A preservação das obras raras faz-se necessária tanto em relação ao conteúdo, quanto à encadernação, pois são documentos que servem como fonte de pesquisa.

> Os acervos raros podem, ainda, ser usados como fonte de pesquisa para gerar novas informações, pois informações antigas, transportadas para uma nova geração e inseridas no cotidiano de uma realidade existente no presente, servem de base para a criação de informações futuras (RODRIGUES; PANCICH, 2008, p. 116).

Esses documentos devem ser tratados com o máximo de cuidado para que tenham sua vida útil prolongada. Os suportes de escrita possuem componentes que atraem agentes nocivos, em especial o papel, por isso, é importante que as instituições adotem uma política de preservação do acervo, com a finalidade de evitar e/ou retardar a deterioração dos documentos da biblioteca.

A Biblioteca não possui uma política de preservação de documentos nem tão pouco um laboratório próprio para restauração das obras e um dos pontos principais para que não se tenha um laboratório de restauração é a falta de espaço na Biblioteca, e a questão financeira, uma vez que Biblioteca é mantida apenas pela instituição à qual pertence. Mesmo não possuindo suporte para uma higienização completa, dentro dos padrões de preservação e conservação de documentos, a bibliotecária mantém o acervo sempre limpo, ainda que seja apenas uma limpeza superficial, essa medida auxilia na conservação dos livros.

Figura 1 – Local reservado para pequenos reparos do acervo da Biblioteca do STM

Foto Aline Pêdra

As obras raras são dignas de cuidados especiais por fazerem parte do patrimônio histórico-cultural da instituição, e sua preservação é, também, a preservação da história da humanidade. Tais obras precisam de um tratamento diferenciado, em razão da

dificuldade de se obter exemplares, naturalmente, ou não seriam consideradas raro-valiosas.

Ultimamente, o conceito de preservação é muito discutido e vem ganhando importância de algum tempo pra cá, porém pouco praticado. Em se tratando de obras raras, o que se vê são ambientes com condições inadequadas para o seu acondicionamento, situação encontrada na biblioteca em questão. É imprescindível o estímulo às instituições para que formulem políticas de preservação e conservação de acervos, de modo que a sociedade possa guardar a memória contida nesses tesouros, que foram e continuarão sendo valiosas fontes de informação ao longo da história.

A preservação das obras raras faz-se imprescindível tanto em relação ao conteúdo, quanto à encadernação, pois são documentos que servem como fonte de pesquisa.

> Os acervos raros podem, ainda, ser usados como fonte de pesquisa para gerar novas informações, pois informações antigas, transportadas para uma nova geração e inseridas no cotidiano de uma realidade existente no presente, servem de base para a criação de informações futuras (RODRIGUES; PANCICH, 2008, p. 116).

Os suportes de escrita possuem componentes que atraem agentes nocivos, em especial o papel, por isso, é importante que as instituições adotem uma política de preservação do acervo, com a finalidade de evitar e/ou retardar a deterioração dos documentos da biblioteca.

Nos documentos raros os cuidados precisam ser redobrados, haja vista que os suportes por si só ficam em estado delicado e a preservação se faz necessária, além da conservação e/ou restauração. É importante estabelecer as definições de preservação, conservação e restauração de acordo com o dicionário Houaiss (2009, p. 528, 1546, 1655).

Conservação – “conjunto de medidas permanente para impedir que se deteriorem com o tempo objetos de valor, como monumentos, livros, obras de arte etc.”.

Preservação – “é um conjunto de ações que garante a manutenção das características próprias de um ambiente”.

Restauração – “conserto de coisas desgastadas pelo uso”. São reparos feitos em documentos em estado de deterioração ou danificados, a fim de reverter ou estabilizar esse processo.

Em Biblioteconomia e áreas afins os conceitos de preservação, conservação e restauração são adaptados para dar suporte à preservação de documentos. Nesse aspecto, Cassares (2000, p. 12) define:

Conservação – "é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento)".

Preservação – "é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais".

Restauração – "um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico".

Ao preservar os documentos raros, procura-se preservar também a memória da sociedade, procurando, portanto, manter viva a história de uma época que ficou registrada e documentada. Sendo assim, Silva (2010) deduz que "o acervo de obras raras é um valioso objeto de estudo para a pesquisa científica, especialmente na área de humanidades, por ser um registro autêntico da evolução da humanidade". É por meio das obras, hoje consideradas raras, que o conhecimento da Sociedade se concretizou, em especial após o surgimento do papel. Por isso, não é de se estranhar que a maioria dessas obras encontra-se nesse tipo de suporte.

5.4 Medidas de preservação

A temperatura na qual se encontram as obras raras está fora dos padrões aceitáveis para a sua preservação, nessas condições, a proliferação dos micro-organismos, como fungos e bactérias, é inevitável, o que contribui também para que outros agentes agressores do papel apareçam. Cassares (2000) ressalta que a temperatura mais a umidade devem ser mantidas em torno de 16ºC a 22ºC e 45% a 60% respectivamente, evitando assim que as obras sofram menos agressões devido à oscilação de temperatura. Essas oscilações devem ser evitadas, pois causam grandes danos aos materiais do que quando ficam em temperatura ambiente.

A iluminação utilizada é a fluorescente, porém não é utilizada nenhuma medida de proteção, como o uso da manga de filtros contra os raios ultravioleta provenientes desse tipo de iluminação. Esse tipo de filtro é considerado viável por sua eficiência e

durabilidade. Para os acervos raros, a iluminação mais indicada é a do tipo incandescente, pois possui menor concentração de raios ultravioletas.

Ressalta-se que, apesar das janelas serem abertas todos os dias para que haja ventilação no acervo, a luz natural não incide diretamente nos livros, estando em acordo com a literatura pesquisada, uma vez que é recomendável evitar que as luzes fiquem muito próximas aos livros. Quanto à higienização periódica do acervo, o que existe é uma limpeza básica (superficial), na qual é utilizando um aspirador de pó que minimiza as agressões provocadas pelo acúmulo de poeira.

5.5 A biblioteca do Superior Tribunal Militar – STM

A Biblioteca do Superior Tribunal Militar iniciou suas atividades por volta de 1951, na antiga sede do Tribunal, na cidade do Rio de Janeiro. A Biblioteca é especializada em Direito Penal Militar e Direito Processual Penal Militar. O acervo jurídico foi enriquecido, em 1969, com a doação da biblioteca particular de uma das figuras mais proeminentes da Justiça Militar, o Ministro togado Dr. Mário Tibúrcio Gomes Carneiro. Em 1972, após a mudança do STM para a nova capital da República, a Biblioteca foi transferida para Brasília, passando a dispor de pessoal habilitado e de um espaço mais apropriado.

A partir de 1994, iniciou o processo de automação do seu acervo, ao ingressar na Rede SABI, atualmente Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI, composta por 14 bibliotecas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

De acordo com pesquisa inicial realizada na Biblioteca do Superior Tribunal Militar (STM), percebeu-se que a biblioteca não possui um setor de obras raras o que não significa a não existência deste setor na biblioteca pesquisada, uma vez que possui obras classificadas como raras, porém, não se localizou nenhum manual, nem critérios específicos para a definição e seleção dessas obras como tal.

As obras são compostas por uma coleção que se encontram na referida biblioteca, sendo ela denominada “Coleção Gomes Carneiro”, coleção da qual é considerada de grande importância à instituição.

As Obras Raras da Biblioteca do Superior Tribunal Militar (BSTM) é uma parte da coleção total do acervo bibliográfico que compõem esta unidade de informação. Os

itens que constituem as obras raras estão em um armário com portas de vidro e com acesso restrito aos usuários, porém poderá ser consultado com autorização e acompanhamento de um funcionário da biblioteca.

Esse estudo sistematizará todo o processo de seleção das obras raras da instituição em questão, apresentando diretrizes e critérios para sua identificação, através dos conceitos e avaliações que serão abordados durante a pesquisa e a importância da elaboração de um manual para definição de critérios de raridade bibliográfica para a instituição.

Sendo assim, as definições apresentadas aqui servirão de base para um levantamento do histórico da Coleção de Obras Raras da Biblioteca, a fim de diagnosticar a situação atual de seu tratamento técnico de forma geral; a análise de quais critérios foi utilizada para a definição do status de obra rara das coleções da biblioteca do STM e para finalizar a proposição de um manual específico para a Biblioteca contendo critérios que definem o que é raro de acordo com manuais analisados de bibliotecas reconhecidas pelo tratamento de obras raras e levando em conta, também, aspectos da região e aqueles que são relevantes para a instituição.

5.6 MÁRIO TIBÚRCIO GOMES CARNEIRO (*Min. STM 1947-1952).

Mário Tibúrcio Gomes Carneiro nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 5 de março de 1882, filho de Antônio Ernesto Gomes Carneiro e de Margarida Gomes Carneiro. Seu pai era oficial do Exército. Ainda criança, quando em visita a um navio de guerra, sofreu um acidente, perdendo as duas pernas. Estudou, em sua cidade natal, no Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II) e na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, pela qual se formou em novembro de 1903.

Participou, em 1905, do Congresso de Direito Penal, em Hamburgo, na Alemanha, e do Congresso Penitenciário, em Budapeste, na Hungria. Nomeado em 1908 auxiliar de auditor de guerra, esteve presente, ainda nesse ano, ao Congresso Jurídico Nacional. Em 1909, tornou-se auditor de guerra, sendo designado para servir no gabinete do ministro da Guerra.

Atuava na Justiça Militar do então Distrito Federal quando, no dia 5 de julho de 1922, irrompeu no Rio de Janeiro e em Mato Grosso o movimento tenentista, que

protestava contra a eleição de Artur Bernardes à presidência da República e as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares — fechamento do Clube Militar e prisão do marechal Hermes da Fonseca.

A revolta, que iniciava o ciclo de levantes tenentistas da década de 1920, envolveu no Rio o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivo da Vila Militar, e em Mato Grosso, contingente do Exército local, foi debelada no mesmo dia. Iniciado o processo contra os militares insurretos, Mário Tibúrcio Gomes Carneiro discordou do enquadramento do delito como crime político e solicitou disponibilidade para defender os implicados. Essa atitude trouxe-lhe problemas com as autoridades federais, que chegaram a ameaçá-lo de prisão em virtude de suas respostas às intimações policiais.

Sorteado para integrar o Conselho de Justiça que julgaria o processo, declarou-se sob- suspeição, acompanhando postura de vários outros juízes e auditores de guerra. Continuou, entretanto, a atuar como advogado de defesa no processo, que só foi julgado em 1929. Após a Revolução de 1930, foi nomeado, em abril de 1932, auditor do Conselho Superior de Justiça Militar, voltando a participar, em 1935 e em 1945, do Congresso Jurídico Nacional. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), coligiu, para uso da Força Expedicionária Brasileira (FEB), todos os tratados relativos à conduta da força em operação de guerra continental, trabalho que recebeu o título de *As leis da guerra nas convenções internacionais.*

Nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM) em julho de 1947, aposentou-se em março de 1952 ao atingir o limite de idade para o exercício do cargo. Elaborou o plano de ensino para o curso de emergência para formação da reserva da Justiça Militar, bem como o projeto para sua organização e uma obra contendo as convenções relativas à guerra marítima, para uso neste curso. Redigiu desde que foi criada, a publicação *Arquivo da Justiça Militar.*

Foi também professor de direito penal militar no curso de adaptação da Escola de Intendência do Exército, membro da comissão encarregada das disposições existentes sobre promoções do Exército, colaborador dos órgãos técnicos do Ministério da Guerra no exame e revisão das leis de emergência pertinentes à defesa nacional e membro da Sociedade Internacional de Direito Penal e da Société Générale de Prison.
Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 16 de março de 1962.

Proferiu conferências e redigiu diversos trabalhos sobre direito castrense. Publicou *Defesa dos acusados de 5 de julho* (1933), *Capitulação: Lapa e*

Tijucas (1950), *A Justiça Militar e sua reforma, Direito e processo penal militar, Reforma da Justiça Militar, Nos tribunais militares* e *Manual do Conselho de Guerra.*

6. Obras raras e bibliotecas jurídicas

A raridade de um livro passou a ter valor no Brasil por volta da década de 30. Até hoje os bibliotecários não sabem definir com clareza o que seria realmente uma obra rara, muitas são as características relevantes que devem ser estudadas para que se classifique com certeza, o que seria uma obra rara.

Nas bibliotecas jurídicas a denominação do que seria uma obra rara implica ainda em saber o que na verdade se encaixaria em obra jurídica rara, que tipo de informação jurídica é importante para que se determine se ela é ou não uma obra jurídica rara. Para um entendimento melhor, descreve-se o que seria uma informação jurídica.

Segundo Miranda (2004, p.138) a informação jurídica é:

> Originada fundamentalmente por um tripé informacional, distinto: Legislação, Doutrina e Jurisprudência. Legislação é o conjunto normativo que regula a convivência social. A Doutrina é o conjunto de princípios expostos nas obras de direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica. E a Jurisprudência é a sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submeterem a julgamento da justiça, que produz sentenças no primeiro grau, ou acórdãos e súmulas nos Tribunais.

Neste sentido, Passos (1994, p. 363), define:

> Toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situação, relações e comportamentos humanos ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

As bibliotecas jurídicas são responsáveis pela organização e disseminação das informações no âmbito de suas instituições, portanto, segundo Miranda (2003, p.5) é importante que “as mesmas possuem um bom planejamento no desenvolvimento de suas coleções, com a finalidade de terem seus acervos sempre adequados para satisfazer seu público específico”.

Além disso, elas possuem um desafio ainda maior, que é o de classificar o que seria uma obra jurídica rara, baseando já nos critérios de raridade existentes. Na opinião da autora Ana Virginia Pinheiro, ainda há a necessidade de um esforço muito grande por parte dos bibliotecários, para que a obra rara deixa de ser apenas uma figura decorativa nas bibliotecas, e comenta:

> Apesar de todo o empenho de bibliotecários e responsáveis por coleções, muitas bibliotecas de livros raros e preciosos, ainda são cadinhos secretos, onde o livro raro, simplesmente, cumpre o seu tempo de vida útil, morrendo, sem encontrar a mão do leitor. As bibliotecas enfrentam a carência de dados absolutamente necessários e que ainda não constituem informação aferida, validada. É plenamente dispensável falar da importância de inventários e catálogos, mas, também não é mais possível que uma área tão específica da Biblioteconomia viva de contribuições esparsas. (PINHEIRO, 2006, p.14).

Os responsáveis por bibliotecas jurídicas e outras instituições públicas que guardam livros considerados raros não utilizam, em geral, o valor do mercado ou a dificuldade de localização de um dado exemplar como principal argumento para determinação do que seja uma obra rara, mas sim a importância histórica do livro e do seu conteúdo.

Um dos motivos para que isto aconteça é a falta de uma política consistente de aquisição de obras raras pelas bibliotecas brasileiras. As normas de catalogação utilizadas por bibliotecas definem como raros todos os livros publicados até 1801, independente do número de exemplares existentes (SANT'ANA, 2001, p.8).

Cabe salientar que para a criação da proposta de definir critérios de seleção de materiais de Obras Raras foi realizado, neste primeiro momento, apenas um levantamento bibliográfico com a temática e a sugestão de alguns poucos critérios que se justifica pela importância que as obras raras possuem para os usuários da Biblioteca do STM como acervo histórico na área militar.

8. Aplicação da metodologia

Através das pesquisas realizadas nas bibliografias relacionadas ao assunto e, principalmente, nas considerações dos conceitos indicados por Pinheiro (2009, p. 33), chegou-se a uma lista de critérios para serem aplicados durante a avaliação das obras raras. Esta metodologia aponta seis critérios fundamentais a serem eleitos a partir da observação da coleção:

Limite histórico; aspectos bibliológicos; valor cultural; pesquisa bibliográfica; Tipos de ilustrações e memória institucional.

A análise dos critérios foi feita durante as visitas à biblioteca no qual nesse período cada obra foi avaliada de forma a extrair suas características e qualidades dentro do que foi abordado na bibliografia sobre o tema em questão. Não foram encontradas dificuldades e nem tão pouco resistência para acessar as obras.

Existem obras no acervo geral que ainda não estão classificadas como obras raras (Fig. 2), uma vez que o número reduzido de bibliotecários é um fator que impossibilite um trabalho mais focado nessa coleção.

Figura 2 – Coleção identificada como rara, porém não se encontram junto às demais.
Foto Aline Pedra

No entanto fez-se necessário adicionar a tabela um critério que possa classificá-las e que possuem características específicas quanto à missão e atribuições do Superior Tribunal Militar, já que parte da coleção diz respeito à área militar.

9. Análise dos dados

Um dos objetivos deste estudo foi estabelecer os critérios de seleção de obras raras do STM. Foram realizadas visitas técnicas à biblioteca do Superior Tribunal de Militar, buscando identificar as diretrizes de trabalho no acervo raro dessa instituição. A pesquisa bibliográfica e documental na Biblioteca do Superior Tribunal Militar não recuperou documentos que abordassem sobre os critérios de raridade bibliográfica adotados na Biblioteca.

Com base nos critérios encontrados pela literatura pesquisada foram propostos alguns critérios de raridade para a Biblioteca no tocante a classificação do acervo raro. Outros critérios foram considerados pela singularidade da instituição. Os critérios identificados foram analisados e comparados de acordo com a literatura pesquisada. Para a discussão foram levados em consideração os critérios amplamente aceitos e debates atuais sobre o tema.

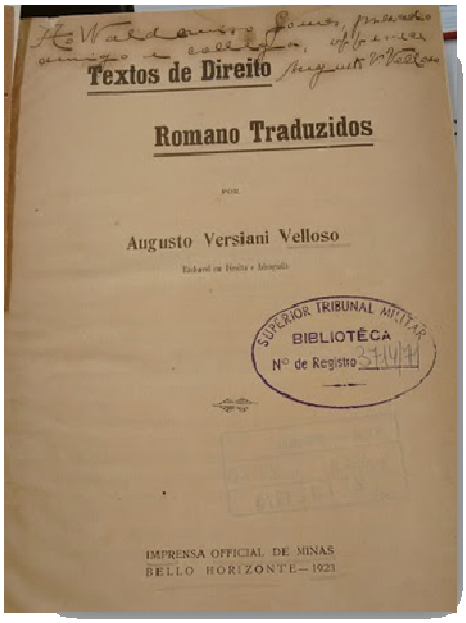
Espera-se realizar um trabalho que apresente uma descrição dos critérios de raridade bibliográfica adotados para o acervo da BSTM, de acordo com os critérios mais difundidos no país no que diz respeito às bibliotecas. Acredita-se que dessa forma poderemos contribuir para a discussão no campo de Biblioteconomia de Livros Raros e para a gestão de coleções dessa natureza.

Os critérios ora propostos têm, evidentemente, caráter preliminar, porque estão sujeitos à complementações, resultantes da observação de novas ocorrências que determinem um conjunto privativo, para validar novo critério; ou a alterações, porque a continuidade da observação da Biblioteca pode revelar outras abordagens, mais amplas ou reduzidas de aspectos, neste momento, destacados como principais.

CRITÉRIOS DE RARIDADE SEGUNDO A LITERATURA		
Limite Histórico	Primeiras impressões (incunábulos) Impressões dos séculos XVIII, XIX e XX Brasil século XIX	Período que marca a produção artesanal de impressos; Período que marca a fase inicial da produção de impressos em qualquer lugar.
Aspectos bibliológicos	Beleza tipográfica Edição de luxo Encadernação luxuosa Marcas d'água Papel de linho	Independem da época de publicação, tratam da beleza tipográfica, do tipo de material para impressão (papel, encadernações luxuosas); ilustrações com métodos diferenciados.
Valor cultural	Edições de artífice renomado Edições censuradas Edições com textos de pessoas renomadas Edições comemorativas Edições de clássicos Edições diplomáticas Edições esgotadas Edições expurgadas Edições limitadas Edições numeradas Edições originais Edições personalizadas Exemplares que, comprovadamente, pertenceram a personalidades importantes Edições princeps Fac-símiles Obras jurídicas originárias de coleções particulares Obras de personalidades de projeção política Obras impressas durante circunstâncias pouco convenientes (guerra) Teses	Assuntos tratados à luz da época em que foram pensados e escritos
Pesquisa bibliográfica	Preciosidade Valor Anotações manuscritas Dedicatória do autor Dedicatória do proprietário Dedicatória para pessoa ilustre Marcas de comerciantes renomados Ex-libris Rubrica ou assinatura	Fontes de informações bibliográficas, como catálogos de obras raras, que vão apontar as especificidades das obras.

Tipos de ilustrações	Desenho Estampas Fotografias Gráficos Gravuras Mapas Plantas Tabelas Retratos	Através das ilustrações é possível identificar pigmentos de várias origens e uma diversidade enorme de estilos de época.
Memoria institucional	Livros escritos por militares Carimbo de instituição ou personalidade militar Edições comemorativas Legislação Militar	Publicações técnicas ou não relacionadas com a história da Justiça Militar e de seus personagens

Velloso, Augusto Versiani. **Textos de direito romano traduzidos**. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1923.



Textos de Direito

Romano Traduzidos

por

Augusto Versiani Velloso

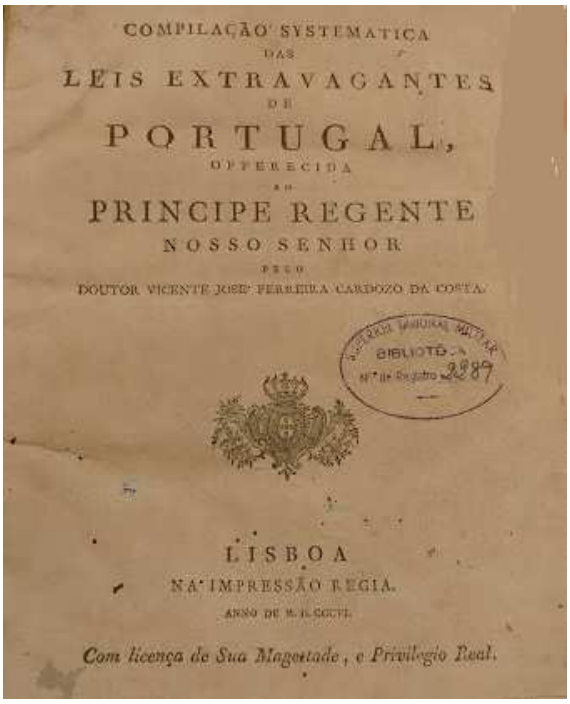
Bacharel em Direito e Advogado

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
BIBLIOTÉCA
Nº de Registro

IMPRENSA OFFICIAL DE MINAS
BELLO HORIZONTE — 1923

CRITÉRIO DE RARIDADE	ANALISE
A dedicatória foi feita pelo autor	Exemplar com dedicatória do autor Augusto Versiani Velloso para autoridade importante
Dedicatória para pessoa ilustre	Waldomiro Gomes foi Sub-procurador Geral da Justiça Militar
Impressão do sec. XX	Publicada no ano de 1923
Edição esgotada	Publicação não impressa em editoras
Edição limitada	Obra sem distribuição nacional
Obra jurídica originaria de coleções particulares	Publicação pertencente ao acervo de Mario Tibúrcio Gomes Carneiro
Exemplares que comprovadamente, pertenceram a personalidades.	Pertenceu a Waldomiro Gomes antes da doação para o BSTM pela Família Gomes Carneiro

Compilação systematica das leis extravagantes de portugal. offerecida principe regente nosso senhor Pelo Doutor Vicente Jose Ferreira Cardozo da Costa. Lisboa: Impressão Regia, 1806. 402 p.



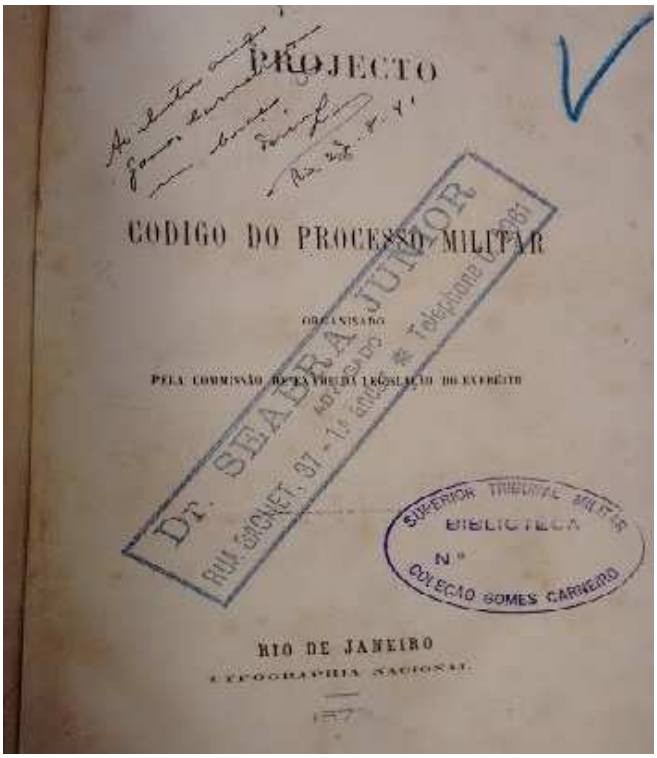
COMPILAÇÃO SYSTEMATICA
DAS
LEIS EXTRAVAGANTES
DE
PORTUGAL,
OFFERECIDA
AO
PRINCIPE REGENTE
NOSSO SENHOR
PELO
DOUTOR VICENTE JOSE' FERREIRA CARDOZO DA COSTA.

LISBOA
NA' IMPRESSÃO REGIA.
ANNO DE M.DCCCVI.

Com licença de Sua Magestade, e Privilegio Real.

CRITÉRIO DE RARIDADE	ANALISE
Impressões do século XIX	Publicada em 1806
Edição censurada	Possui licença e privilégio Real
Unicidade	O Brasil possui somente dois exemplares, esse e o da Biblioteca Nacional
Esgotada	Edição não mais impressa em editoras
Edição princeps	Publicada pela imprensa régia

Projecto codigo do processo militar. Organisado pela Commissão de Exame da Legislação do Exercito. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873. 716 p.


PROJECTO

CODIGO DO PROCESSO MILITAR

ORGANISADO

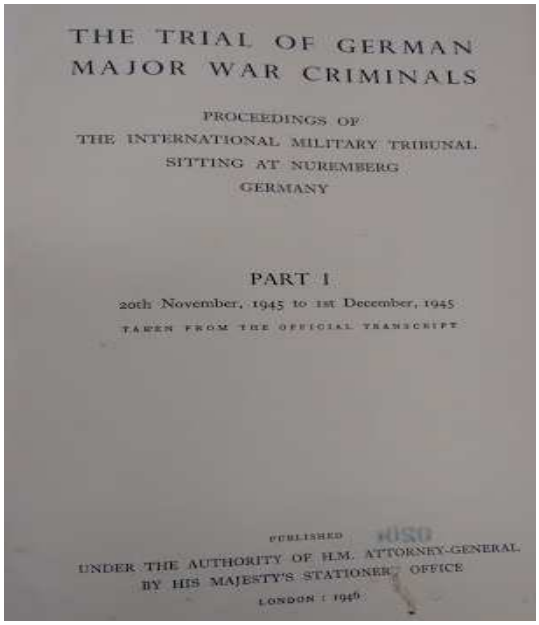
PELA COMMISSÃO DE EXAME DA LEGISLAÇÃO DO EXERCITO

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA NACIONAL

CRITÉRIO DE RARIDADE	ANÁLISE
Impressões do século XIX	Obra publicada em 1873
Características do exemplar	Foi impressa na tipografia sucessora da Imprensa régia, criada por decreto de D. João VI em 13 de maio de 1808
Dedicatória para pessoa ilustre	Dedicatória feita à Mario Gomes Carneiro
Memória institucional	Importância pelo conteúdo da obra para a instituição

Tribunal Militar Internacional. **The trial of german major war criminals proceedings of the international military tribunal sitting at nuremberg, germany**. London: His Majesty's Stationery Office, 1946-1950


THE TRIAL OF GERMAN MAJOR WAR CRIMINALS

PROCEEDINGS OF THE INTERNATIONAL MILITARY TRIBUNAL SITTING AT NUREMBERG GERMANY

PART I

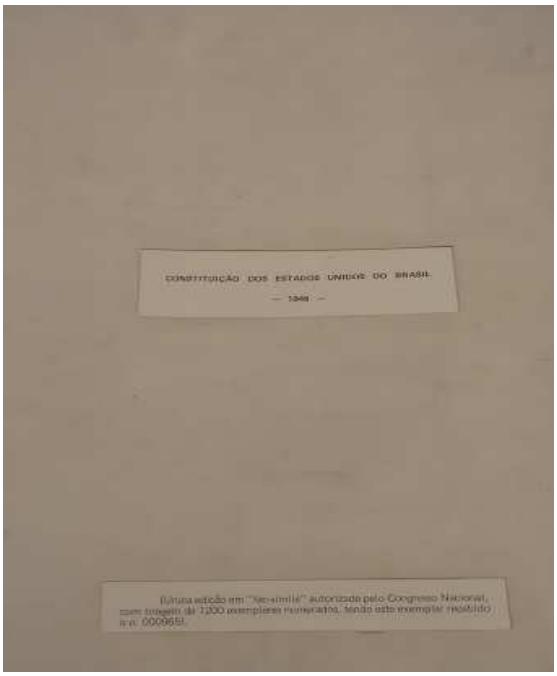
20th November, 1945 to 1st December, 1945

TAKEN FROM THE OFFICIAL TRANSCRIPT

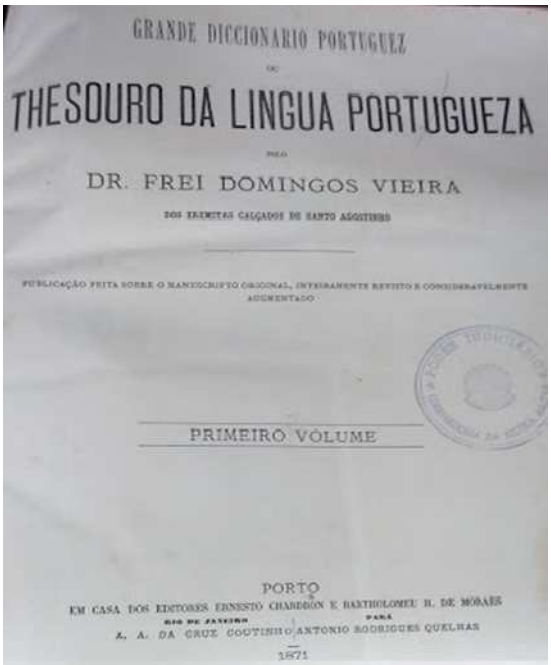
PUBLISHED UNDER THE AUTHORITY OF H.M. ATTORNEY-GENERAL BY HIS MAJESTY'S STATIONERY OFFICE

LONDON : 1946

CRITÉRIO DE RARIDADE	ANÁLISE
Impressão do século XX	Publicada em 1946
Obras impressas durante circunstâncias pouco convenientes (guerra)	Livro redigido durante o julgamento de Nuremberg que condenou as potências do eixo, perdedoras da segunda guerra mundial
Unicidade	Somente quatro bibliotecas no mundo possui essa obra, e o STM é uma delas
Preciosidade	Importância de guarda da obra pela biblioteca



CRITÉRIO DE RARIDADE	ANÁLISE
Século XX	Publicação de 1943
Exemplar Fac-símiles	Reprodução exata do documento - impressão original
Edição original	--------
Edição limitada	Somente 1200 exemplares produzidos
Edição numerada	Edição de número 955
Edição Princeps	Ttrata-se de um dos exemplares da primeira edição
Rubrica ou assinatura	Possui assinatura de todos os membros que participaram de sua elaboração



GRANDE DICCIONARIO PORTUGUEZ

OU

THESOURO DA LINGUA PORTUGUEZA

PELO

DR. FREI DOMINGOS VIEIRA

DOS ERMITAS CALÇADOS DE SANTO AGOSTINHO

PUBLICAÇÃO FEITA SOBRE O MANUSCRIPTO ORIGINAL, INTEIRAMENTE REVISTO E CONSIDERAVELMENTE AUGMENTADO

PRIMEIRO VOLUME

PORTO

EM CASA DOS EDITORES ERNESTO CHARDRON E BARTHOLOMEU H. DE MORAES

RIO DE JANEIRO PARÁ

A. A. DA CRUZ COUTINHO ANTONIO RODRIGUES QUELHAS

1871

CRITÉRIO DE RARIDADE	ANÁLISE
Impressões do século XIX	Publicada em 1871
Edição com texto de pessoas renomadas	Possui dois textos raros de filologia e história da língua e literatura portuguesa: um de Francisco Adolpho Coelho e outro de Teófilo Braga.
Edição princeps	Primeira edição publicada
Edições de artífices renomados	Publicado por editores renomados em Portugal

TRATADO
DE
AMIZADE, NAVEGAÇÃO, E COMMERCIO
ENTRE
AS MUITO ALTAS,
E
MUITO PODEROSAS SENHORAS
DONA MARIA I.
RAINHA DE PORTUGAL,
E
CATHARINA II.
IMPERATRIZ DE TODAS AS RUSSIAS,
ASSINADO EM PETERSBURGO
PELOS PLENIPOTENCIARIOS
DE HUMA, E OUTRA CORTE
EM 5 DE DEZEMBRO DE M. DCC. LXXXVII.
E RATIFICADO POR AMBAS AS MAGESTADES.

LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
ANNO M. DCC. LXXXIX.

CRITÉRIO DE RARIDADE	ANÁLISE
Impressões do século XVIII	Publicada em 1788
Edição diplomática	Acordo entre dois países: Portugal e Russia.
Edição princeps	Primeira edição publicada
Característica do exemplar	Produzido pela Imprensa Regia ainda em Portugal

CRITÉRIO DE RARIDADE	ANALISE
Impressão do século XIX	Publicada em 1891
Edição esgotada	Publicação não impressa em editoras
Edição limitada	Obra sem distribuição nacional
Obra jurídica originaria de coleções particulares	Publicação pertencente ao acervo de Mario Tibúrcio Gomes Carneiro
Características do exemplar	Encadernação em couro verde e gravação em dourado Lombada com douração

9. Considerações finais

Os livros raros são parte integrante do patrimônio histórico, reconhecida sua importância por lei. São objetos informacionais para além de seu conteúdo textual, mas também pela matéria-prima usada, as técnicas artesanais, a adoção de gravuras como ilustração, entre outros aspectos. Por isso são itens detentores de memória individual e coletiva, já que as técnicas e matérias-primas são aquelas que estão disponíveis em determinado tempo-espaço, assim como aquele que exerce esse ofício trabalha com essas limitações, às vezes propondo melhorias dentro do universo sociocultural em que está inserido.

No Brasil, os critérios norteadores para a definição de obras raras vêm do Plano Nacional de Obras Raras (PLANOR) da Biblioteca Nacional. Esses critérios são, em geral, adaptados à realidade de cada Instituição, levando em conta suas características e especificidades.

As obras jurídicas têm o papel de representar o pensamento de grandes juristas e jurisconsultos que legaram a sua vida ao estudo do Direito e à aplicação da norma jurídica. O ideal de uma biblioteca, jurídica ou não, é manter um espaço onde essas obras relevantes para o aprimoramento do conhecimento, sejam organizadas e preservadas para a posteridade através de uma metodologia específica e com critérios eficazes de conservação, para que a memória da humanidade seja preservada através dos livros.

A finalidade será demonstrar que os itens da coleção foram inseridos como raros de acordo com os parâmetros estudados e estruturados para tal, com o máximo de objetividade na seleção. Portanto, as instituições detentoras de livros raros devem se preocupar em preservar os livros raros de seus acervos, pois o livro raro é merecedor de cuidados especiais, sendo um patrimônio histórico-cultural que deverá ser resguardado. É a preservação histórica de um documento.

Referências

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR).** Critérios de raridade. Disponível em: <HTTP://www.bn.br/planor/planor.html>. Acesso em: 4 jun. 2016.

BIBLIOTECA PÚBLICA: Princípios e Diretrizes. Fundação Biblioteca Nacional, Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. 2. ed. rev.ampl.. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Cultura. Portaria nº 19, de 31 de outubro de 1983. Cria o Plano Nacional de Restauração de Obras Raras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v.121, n.213, p.18744, 7 nov. 1983. Seção 1.

CARTERI, Karin Kreismann. O livro raro e os critérios de raridade. **Revista Museu,** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: < http://revistamuseu.com/artigos/art_.asp?id=5484 >. Acesso em: 23 abr. 2016.

GAUZ, Valéria. **Livros raros e preservação**: áreas afins em transição. 2008. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=376>. Acesso em: 15 abr. 2016.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922 p.

MAGALHÃES, B.; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; *Efemérides Paulistas; Grande encic. Delta;*HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos;* MIN.
GUERRA. *Almanaque;* MOREIRA, J. *Dic.;* SILVA, H. *1922*; SILVA, H.*1926.*

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais:** um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Mindlin, José. **Uma vida entre livros:** reencontros com o tempo. São Paulo : Edusp : Companhia das Letras, 1998. 231 p.

MIRANDA, Ana Claudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica.In: PASSOS, Edilenice. **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. 237 p. p.137-152.

PASSOS, Edilenice. O bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel. Disponível em <http//www.google.com.br.htm>. Acesso em 15 maio 2016.

PINHEIRO, Ana Virgínia. **Livro raro**: antecedentes, propósitos e definições. Publicado em 14 out. 2004. Disponível em: http://conhaquenocemiterio.blogspot.com.br/2010/04/livro-raro-antecedentes-propositos-e.html. Acesso em: 19 mar. 2016.

_____. **Do labirinto ao invisível:** a história do livro raro no Brasil. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/7104187/T020AnaVirginia>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Livro raro:** antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. Ciência da Informação: múltiplos diálogos. Marília: Cultura Acadêmica, 2009, p. 31-44. Disponível em:< http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf>. Acesso em 23 abr. 2016.

_____. **Que é livro raro?:** uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989. 70 p.

_____. **O espírito e o corpo do livro raro:** fragmentos de uma teoria para ver e tocar. Editorial EdUFF, Niterói, ano 2, n.1, p.25-35, 2002.

_____. A Biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, n.5, p.45-50, jan./dez. 1990. Disponível:< http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2011/05/pdf_5dafd56161_0016508.pdf> . Acesso em 21 out. 2016.

RABELO, Maria Clara. **As obras raras das bibliotecas Brasileiras.** Com Ciência [revista eletrônica], Campinas, n. 127, abr. 2011 . Disponível em <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 dez. 2016.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 35, n. 1, p. 115-121, 2006.

RODRIGUES, Márcia Carvalho; PANCICH, Renata de Filipps. Obras raras: identificação e conservação, experiência da Universidade de Caxias do Sul. **Transinformação**, v. 20, n. 3, p. 265-271, set. / dez. 2008. Disponível em: < http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/525/505>. Acesso em: 07 out. 2016.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins**, v. 2, n. 3, p.1-18, jun. 2001. Disponível em: <http://www.bibli.fae.unicamp.br/revbfe/v2n3jun2001/art01.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

WYTHE, Deborah. New technologies and the convergence of libraries, archives, and museums. **RBM: A Journal of Rare Books, Manuscripts and Cultural Heritage**, v. 8, n. 1, p. 51-55, 2007.

ANEXO A – Informações dos registros bibliográficos (obras raras) do catalogo *on-line* do STM

1. Retratos do Brasil : a oposição na República através da caricatura. -- Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1990. [108] p. em folhas soltas : il., 94 gravs. p&b ; 43 x 32 cm + 1 cartaz (desd.)
2. Coletânea de gravuras do exército. -- Brasília : Secretaria Geral do Exército, [199-]. 21 f. lâms. : il., retrs. color.
3. Bento, Cláudio Moreira. A guarnição do Rio de Janeiro na proclamação da república / pesquisa histórica, orientação e interpretação Cláudio Moreira Bento ; pintura Newton Figueredo Coutinho. -- Rio de Janeiro : Léo Christiano Editorial, 1989. 1 v. : il. color.
4. Bento, Cláudio Moreira. Quartéis-Generais das Forças Armadas / Cláudio Moreira Bento ; pintura Newton Figueiredo Coutinho. -- Rio de Janeiro : Léo Christiano Editorial, 1988. 1v. : il. color.
5. Brasil. Constituição : República Federativa do Brasil. -- Brasília : Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. xv, 292 p.
6. Bento, Cláudio Moreira. Escolas de formação de oficiais das Forças Armadas do Brasil (1792-1987) / pesquisa, interpretação e texto Cláudio Moreira Bento ; pinturas Newton Figueiredo Coutinho. -- [S. l. : s.n.], [198-]. 14 f. lâms. : il. color.
7. Uniformes militares brasileiros / pesquisa e texto Deocleciano Azambuja ; aquarelas Ivan Rodrigues. -- Rio de Janeiro : Léo Christiano Editorial, 1984. 1 v. : il. color.
8. Massarani, Emanuel von Lausenstein. Dragões da independência : 1. Regimento de Cavalaria de Guardas / Emanuel von Lausenstein Massarani ; Coleção de aquarelas José Wasth Rodrigues. -- São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 1983. 1 v., 15 f. de lâms. : il. color.
9. Nantes, Martinho de. Relação de uma missão no rio São Francisco : relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris / Martinho de Nantes ; tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. -- São Paulo : Companhia Editora Nacional ; Brasília : INL, 1979. 123 p. ; 18 cm. --
10. Bevilaqua, Clovis, 1859-1944. Direito das sucessões Clovis Bevilaqua Ed. Historica Rio de Janeiro Freitas Bastos 1978 440 p.
11. Souto Maior, Armando, 1926-2006. Quebra-quilos : lutas sociais no outono do império / Armando Souto Maior. -- São Paulo : Companhia Editora Nacional ; Brasília : 1978. 213 p. ; 18 cm. --
12. Wright, Antonia Fernanda Pacca de Almeida. Desafio americano à preponderância britânica no Brasil : 1808-1850 / Antonia Fernanda Pacca de Almeida Wright. -- São Paulo : Companhia Editora Nacional ; 1978. 277 p. : il., mapas, gravs. ; 18 cm. --
13. Castro, Jeanne Berrance de. A milícia cidadã : a guarda nacional de 1831 a 1850 / Jeanne Berrance de Castro ; prefácio de Sergio Buarque de Hollanda. -- São Paulo : Companhia Editora Nacional ; Brasília : Instituto Nacional do Livro,

1977. xxvi, 260 p. ; il., grafs. ; 18 cm. --

14. Silva, Maria Beatriz Nizza da. Cultura e sociedade no Rio de Janeiro : 1808-1821 / Maria Beatriz Nizza da Silva ; prefácio de Sergio Buarque de Holanda. -- São Paulo : Nacional ; Brasília : Instituto Nacional do Livro, 1977. 246 p. --
15. Petrone, Maria Thereza Schorer. O Barão de iguape : um empresário da época da independência / Maria Thereza Schorer Petrone. -- São Paulo : Companhia Editora Nacional ; Brasília : Instituto Nacional do livro, 1976. 177 p. ; 18 cm. --
16. Schwartz, Stuart B. Sovereignty and society in Colonial Brazil : the High Court of Bahia and its judges, 1609-1751 / Stuart B. Schwartz. -- Berkeley : University of California, c1973. 438 p. : il.
17. Centenário Alberto Santos-Dumont 1873-1973 : [gravação de som]. -- a história de sua vida e os cânticos de seus feitos Rio de Janeiro : [Phonogram], 1973. 2 discos sonoros : analog., 33 1/3 rpm ; 12 pol.
18. Brasil. Estado-Maior da Armada (EMA) Carta de jurisdição militar [material cartográfico]. -- 2. ed. -- [S.l. : Estado-Maior da Armada, 1972. 1 mapa : color. ; 107 x 87 cm.
19. Brasil. Marinha. Modelos de uniformes dos marinheiros e fuzileiros navais [material gráfico] : 1808-1971 / Marinha do Brasil. -- [S.l.] : Marinha do Brasil, [197-?]. 1 f. de lâm. : il. color.
20. Santos, Francisco Ruas Coleção bibliografica militar Francisco Ruas Santos Rio de Janeiro Biblioteca do Exercito 1960 783 p.
21. Moraes, Flavio Queiroz de, 1898- Delito de Rixa / Flavio Queiroz de Moraes. -- São Paulo : Saraiva, [1959?]. 175 p. ; 23 cm.
22. Tácito, Caio, 1917-2005. O abuso de poder administrativo no Brasil : conceito e remédios / Caio Tacito. -- Rio de Janeiro : Dasp, 1959. 104 p.
23. São Vicente, José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de, 1803-1878. Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império / pelo Dr. José Antonio Pimenta Bueno. -- Rio de Janeiro : Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1958. 568 p.
24. A Justiça militar na campanha da Itália : constituição, legislação, decisões / Bento Costa Lima Leite de Albuquerque.-- Fortaleza : Imprensa Oficial, 1958. 632 p. : il.
25. Rabello, Manoel Henrique da Cunha. Guia de legislação militar / Manoel Henrique da Cunha Rabello. -- 2. ed. -- Rio de Janeiro : S.ed., 1954?. v.
26. Lacerda, Galeno. Despacho saneador / Galeno Lacerda. -- Porto Alegre : Sulina, 1953. 201 p.
27. Barbosa, Francisco de Assis, 1914-. A vida de Lima Barreto : 1881-1922 / Francisco de Assis Barbosa. -- Edição ilustrada. -- Rio de Janeiro : J. Olympio, 1952. 406 p. : il., retr., fots. ; 23 cm. –
28. Mahsoub, Salih La force obligatoire de la loi penale pour le juge etude sur l'interpretation et l'analogie dans les legislations nouvelles et specialement en droit penal suisse Salih Mahsoub Paris Libraire Generale de Droit Et de Jurisprudence 1952 122 p.
29. Barretto, Castro, 1889- Povoamento e população : política populacional brasileira / Castro Barretto. -- Rio de Janeiro : J. Olympio, 1951. 411 p. : il.,

grafs., tabs. ; 23 cm. --

30. Dias, Antonio Caetano 1919-. Compendio de classificação decimal e indice alfabetico Por Antonio Caetano Dias e Luis Cosme 2. Ed. Rev., Aum. e Melhorada Rio de Janeiro Papelaria Natal 1950 322 p.
31. Pires, Simões Manual de legislação militar / Simões Pires. -- Rio de Janeiro : S. Ed., 1950. v.
32. Brasil Constituição dos estados unidos do brasil 1946 Rio de Janeiro S. Ed. 1949 1 v. il.
33. Moreira, Oscar Victorino 1905-. Conservação e recuperação de material Por Oscar Victorino Moreira Rio de Janeiro Dasp 1948 218 p. il.
34. Rabello, Manoel Henrique da Cunha Guia de legislação militar Manoel Henrique da Cunha Rabello Rio de Janeiro Jornal do Brasil 1948 1031 p.
35. Brasil. O Brasil e Seus Regimes Constitucionais. -- Rio de Janeiro : A. Coelho Branco, 1947. liii, 203 p.
36. Barbosa, Ruy, 1849-1923. Constituição dos Estados Unidos do Brasil : [1ª folha das Provas da Constituição da República revistas pelo próprio Rui Barbosa, seguida por uma das folhas da 3ª prova da Constituição]. In: A Constituição de 1891. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde, 1946, v. 17, t. 1, p. xxvii-xxx.
37. Nicolas, Victor Commentaire complet du code de justice militaire pour les armees de terre et de mer* suivi des principales dispositions ... Par Victor Nicolas Paris A. Chevalier-marescq 1898 888 p.
38. Chanson, J. Justice militaire: pour l'armée de terre : organisation & fonctionnement actuellement en vigueur: réformes & ameliorations désirables / J. Chanson.-- Paris: Schaffauser, 1897. 296 p.
39. Delvincourt, Augustin. La lutte contre la criminalite dans les temps modernes / Par Augustin Delvincourt. -- Paris : Chevalier-marescq, 1897. 442 p.
40. Florian, Eugenio. I vagabondi : studio sociologico-giuridico / Eugenio Florian. -- Torino : F. Bocca, 1897-1900. 2 v.
41. Lopez-moreno, Santiago La prueba de indicios Santiago Lopez-moreno 3. Ed. Corr. Y Aum., Seguida de Varios Estudios Juridicos, Filosoficos, Linguisticos e Historicos / por Aquilez Lopez Monedero Madrid V. Suarez 1897 1 v.
42. Ferris, Emile-louis Responsabilite et justice militaire Emile-louis Ferris Bordeaux Imp. Du Midi 1896 717 p.
43. Lombroso, Cesare, 1835-1909. L'anthropologie criminelle : et ses récents progrès / Cesare Lombroso. -- 3. ed. -- Paris : F. Alcan, 1896. 185 p. : il.
44. Martiis, Leonardo Cognetti de Il marinaio epilettico e la delinquenza militare Eonardo Cognetti de Martiis Torino Fratelli Bocca 1896 149 p. il.
45. Bluntschli. Le Droit International Codifié / Bluntschli ; traduit de l'allemand par M.C. Lardy ; Précédé d'une biographie de l'auteur par M. Alph. Rivier. 5.ed., rev. aum. Paris : F. Alcan, 1895. 601 p.
46. Tiberghien, G. Logique : la science de la connaissance / G. Tiberghien. -- Paris : A. Lacroix, Verboeckhoven, 1895. v.
47. Cavagnari, V. Wautrain, (Vittorio Wautrain). Elementi di scienza

dell'amministrazione / V. Wautrain Cavagnari. -- 2. ed. -- Firenze : G. Barbèra, 1894. 306 p. --

48. Ferrand, Georges. Droit Romain : de la condition du fils de famille specialment en matière d'obligations / Georges Ferrand. Paris : Ernest Thorin, 1891. 319 p.
49. Gabiat, Camille. Droit français de la guerre continentale : thèse pour le docotorat / Camille Gabiet. -- Corbeil : Crete, 1891. 336 p.
50. Crivellari, Giulio. Il Codice Penale per il Regno d'Italia : approvato dal R. Decreto 30 Giugno 1889, con effetto dal 1. Gennaio 1890 / interpretato dall'avvocato Giulio Crivellari. -- Torino : Unione Tipografico-editrice Torinese, 1890-. v.
51. Jhering, Rudolf von, 1818-1892. L'esprit du droit romain : dans les diverses phases de son développement / par R. von Jhering ; traduit avec l'autorisation de l'auteur par O. de Meulenaere. -- 3. ed., rev. et corr. -- Paris : A. Marescq, 1886-1888. 4 v. ; 22 cm.
52. Coelho, Jose Maria Latino Historia politica e militar de portugal* desde os fins do xviii seculo ate 1814 Por Jose Maria Latino Coelho 2. Ed Lisboa Imprensa Nacional 1885-1916 3 v.
53. Loureiro, Lourenço Trigo de 1793-1870. Instituições de direito civil brasileiro offerecidas, dedicadas e e consagradas a sua magestade imperial o senhor dom pedro segundo (sic) Por Lourenço Trigo de Loureiro 5. Ed Rio de Janeiro B.l. Garnier 1884 2 v. ; 22 cm.
54. Jhering, Rudolf von, 1818-1892. Études complémentaires de l'esprit du droit romain / par R. Von Jhering ; traduit avec l'autorisation de l'auteur par O. de Meulenaere. -- Paris : A. Marescq, 1880- v.
55. Coelho, José Maria Latino, 1825-1891. Historia política e militar de Portugal : desde os fins do XVIII século até 1814 / por José Maria Latino Coelho. -- Lisboa : Imprensa Nacional, 1874-1891. 3 v. : il., mapas.
56. Projecto codigo do processo militar. Organisado pela Commissão de Exame da Legislação do Exercito Rio de Janeiro: Typographia Nacional 1873 716 p.
57. Morin, M. Achille Les lois relatives a la guerre selon le droit des gens moderne: le droit public et le droit criminel des pays civilises Ar M. Achille Morin Paris Librairie Generale de Jurisprudence 1872 576 p.
58. Dutruc, Gustave. Memorial du Ministere Public : ou repertoire alphabetique et abrejge... par Gustave Dutruc.-- Paris : Librairie Generale de Jurisprudence Cosse, 1871. v.
59. Wheaton, Henry. Commentaire sur les Éléments du Droit International et sur L'Histoire des Progrès du Droit des Gens / Henry Wheaton ; précédé d'une notice sur la carrière diplomatique de M. Wheaton par William Beach Laurence. Leipzig : F.A. Brockhaus, 1868. 4.v.
60. Las siete patidas del rey don alfonso el sabio cotejadas con varios codices antiguos por la real academia de la historia Y Glosadas por El Lic. Gregorio Lopez Del Consejo Real de Indias de S. M Nueva Edicion / Procedida Del Elogio Del Rey Don Alfonso por D. J. de Vargas Y Ponce Y Enriquecida Con Su Testamento Politico Paris Libreria de Rosa Y Bouret 1861 5 v.
61. Dumont, Et. De L'organisation judiciaire, et de la codification / Par Et. Dumont.

-- Paris : Libr. de Hector Bossange, 1828. 483 p.

62. Blackstone, William, 1723-1780. Commentaires sur les lois anglaises / par W. Blackstone ; avec des notes de M. Ed. Christian ; traduits de l'anglais sur la 15. éd. par N.M. Chompré. -- Paris : Bossange, 1822-1823. 6 v.
63. Castro, Jose Antonio de Magalhães, 1814-1896. Voto separado do desembargador Jose Antonio de Magalhães Castro membro da comisão de exame da legislação do exercito e resposta da maioria da 1 secção. -- Rio de Janeiro : Typ. Nacional, 1867. 140 p. ; 22 cm.
64. Rocha, Manuel Antonio Coelho da, 1793-1850. Instituições de direito civil portuguez / por Manuel Antonio Coelho da Rocha. -- Quinta edição. -- Coimbra : Imprensa da Universidade, 1867- v. ; 20 x 12 cm.
65. Alves Junior, Thomaz, 1830-1895. Curso de direito militar / Pelo dr. Thomaz Alves Junior. -- Rio de Janeiro : Francisco Luiz Pinto, Typ. do Correio Mercantil, 1866-1868. 2 v. em 1 ; 22 cm.
66. Barroso, Jose Liberato, 1830-1885. Questões praticas de direito criminal / pelo Conselheiro J. Liberato Barroso. -- Rio de Janeiro : B.l. Garnier, 1866. 182 p. ; 21 cm.
67. Mouchez, M. Ernest Les cotes du bresil description et instructions nautiques M. Ernest Mouchez Paris Imprimerie Administrative de Paul Dupont 1864- v.
68. Breve indice alphabetico da legislação brasileira : cujo conhecimento mais interessa aos empregados da repartição da guerra comprehendendo as disposições impressas desde 1837 ate 1860 / Organisado pelo Conselheiro Libanio Augusto da Cunha Mattos ; impresso por ordem do conselheiro Francisco Carlos de Araujo Brusque. -- Rio de Janeiro : Typographia Universal de Laemmert, 1864. 176 p.
69. Indicador da legislação militar em vigor no exercito do imperio do brasil Organisado e Dedicado a S.m.i pelo Bacharel Antonio Jose do Amaral Rio de Janeiro Typ. Perseverança 1863 v.
70. Stanhope, Philip Henry, 1805-1875. William Pitt et son temps / par Lord Stanhope ; traduit de l'anglais et precede d'une introduction par M. Guizot. -- Paris : M. Levy, 1862-1863. 4 v.
71. Brasil. Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Conselho Naval. Consultas do conselho naval : desde a sua installação resumidas as menos importantes e pela integra todas as outras. -- Rio de Janeiro : Typ. Nacional, 1861-1871. v.
72. Brasil. Colleção de provisões do Conselho Supremo Militar e de Justiça do Imperio do Brasil de 1823 a 1856 / publ. por Ordem do Exmo. Sr. Ministro da Guerra Sebastião do Rego Barros. -- Rio de Janeiro : Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1861. 334 p. ; 22 cm.
73. Castro, Jose Antonio de Magalhães, 1814-1896. Projecto de codigo de processo criminal militar, com a organização dos tribunais nos tempos de paz, e para os tempos de guerra, ou estado de sitio, suas competencias, instrução, formalidades, e ordem de processo : e o modo de impor as penal, ou cumprimento das sentenças, ou decisões dos tribunais militares / Jose Antonio de Magalhães Castro. -- Rio de Janeiro : N. L. Vianna, 1861. 1v.

74. Las siete patidas del rey don alfonso el sabio cotejadas con varios codices antiguos por la real academia de la historia Y Glosadas por El Lic. Gregorio Lopez Del Consejo Real de Indias de S. M Nueva Edicion / Procedida Del Elogio Del Rey Don Alfonso por D. J. de Vargas Y Ponce Y Enriquecida Con Su Testamento Politico Paris Libreria de Rosa Y Bouret 1861 5 v.

75. Rocha, Manuel Antonio Coelho da 1793-1850. Instituições de direito civil portuguez : para uso dos seus discipulos / por M.a. Coelho da Rocha. -- 4. ed. -- Coimbra : J. Augusto Orcel, 1857-. v.

76. Almanak do Ministério da Marinha / organisado pelo respectivo Quartel General. -- Rio de Janeiro : Imprensa Naval, 1857-

77. Ramalho, Joaquim Ignácio Ramalho, Barão de, 1809-1902 Elementos do processo criminal para uso das Faculdades de direito do império / Doutor Joaquim Ignácio Ramalho. -- São Paulo : Typographia Dous de Dezembro, 1856. 157 p.

78. Titára, Ladisláo dos Santos, 1801-1861. Auditor brasileiro ou manual geral dos conselhos, testamentos e inventários militares, com as leis, rescriptos, arestos, e ordens relativas aos mesmos, ao foro, e delictos militares, para uso dos officiaes do exército do Império do Brasil dedicado ao Ilm. e Exm. Sr. Marquez de Caxias / Ladislau dos Santos Titara. -- 3. ed. -- Rio Grande do Sul : Typographia Imparcial de Candido Augusto de Melo, 1855. 395 p., 40 p.

79. Almanak Militar. -- Rio de Janeiro : Typographia Universal de Laemmert, 185?-18??.

80. Portugal. Ordenações Filipinas. Ordenações e leis do reino de portugal / recompiladas per mandado del Rei D. Filipe o Primeiro. -- 11 ed. -- Coimbra : Imprensa da Universidade, 1847-. 3 v. --

81. Mackeldey, Ferdinand, 1784-1834. Manuel de droit romain : contenant la theorie des institutes, procedee d'une introduction a l'etude du droit romain / par F. Mackeldey ; traduit de l'allemand par J. Beving. -- 3. ed. rev., corr. et augm., d'apres la dernière édition allemande. -- Bruxelles : Societe Typographique Belge, 1846. 382 p.

82. Silva, Antonio de Moraes Diccionario da lingua portugueza, composto Por Antonio de Moraes Silva 5. Ed. Aperfeiçoada, e Acrescentada de Muitos Artigos Novos, e Etymologias Lisboa A. Jose da Silva 1844 2 v.

83. Portugal. Repertorio geral ou indice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal / publicadas depois das ordenações, comprehendendo tambem algumas anteriores, que se achão em observancia / ordenado pelo Desembargador Manoel Fernandes Thomaz. -- 2. ed. cor. e org. -- Coimbra : Na Imprensa da Universidade, 1843. v.

84. Repertorio alphabetico das leis do brazil promulgadas desde 1829 ate o fim do anno de 1840, e dos decretos, instrucções, regulamentos, avisos, portarias, ordens, circulares e officios expedidos pelo poder executivo para execução dellas; em continuação ao repertorio geral de manoel fernandes thomaz, e ao indice alphabetico do bacharel alberto antonio de moraes e carvalho Rio de Janeiro Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve 1842 151 p.

85. Brasil. Legislação brazileira, ou, Collecção chronologica das leis, decretos, resoluções de consulta, provisões, etc., etc., do Império do Brazil, desde o anno

de 1808 até 1831 inclusive, contendo : além do que se acha publicado nas melhores collecções, para mais de duas mil peças ineditas / colligidas pelo Conselheiro José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. -- Rio de Janeiro : Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1836-1844. 7 v. ; 29 cm.

86. Sousa, Joaquim Jose Caetano Pereira e Primeiras linhas sobre o processo criminal com hum repertorio dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvaras, decretos, assentos e resoluções regias Joaquim Jose Caetano Pereira e Sousa 4. Ed. Emen. e Accres Lisboa Impressão Regia 1831 287 p.
87. Brasil, Leis Etc Indice alphabetico das leis do brasil, em continuação ao repertorio geral de manoel fernandes thomaz Por Alberto Antonio de Moraes e Carvalho Rio de Janeiro Typografhia de Gueffier 1831 1 v.
88. Dumont, Et. De L'organisation judiciaire, et de la codification / Par Et. Dumont. -- Paris : Libr. de Hector Bossange, 1828. 483 p.
89. Blackstone, William, 1723-1780. Commentaires sur les lois anglaises / par W. Blackstone ; avec des notes de M. Ed. Christian ; traduits de l'anglais sur la 15. éd. par N.M. Chompré. -- Paris : Bossange, 1822-1823. 6 v.
90. Collecção das leis do Imperio do Brazil. -- Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1887-1889.
91. Collecção das leis e decretos do Imperio do Brazil, desde a feliz epoca da sua independencia : obra dedicada á Assembléa Legislativa. -- Rio de Janeiro : Na Imperial Typographia de P. Plancher-seignot, 1822-1844.
92. Portugal. Repertorio geral, ou indice alphabetico das leis extravagantes do Reino de Portugal : publicadas depois das Ordenações, comprehendendo tambem algumas anteriores, que se achão em observancia / ordenado pelo Desembargador Manoel Fernandes Thomaz. -- Coimbra : Lisboa : Na Real Imprensa da Universidade : Na Impressão Regia, 1815-1825. 2 v. ; 29 cm.
93. Silva, Antonio de Moraes, 1755-1824. Diccionario da lingua portugueza : recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado Por Antonio de Moraes Silva / 2. ed. Lisboa : Typ. Lacerdina, 1813. 2 v. ; 25 cm.
94. Sousa, Emmanuel de Dictionnaire françois-portuguais Compose Par Le Capitaine Emmanuel de Sousa, Mis En Ordre, e Augmente Par Joachim Joseph da Costa 2. Ed. / Par Le Docteur Vincent Pierre Nolasco da Cunha Lisbonne Simon Thaddee Ferreira 1811-1813 2 v.
95. Regimento provisional, para o serviço, e disciplina das esquadras, e navios da armada real, que por ordem de sua magestade deve servir de regulamento aos comandantes das esquadras, e navios da mesma senhora Nov. Impresso Rio de Janeiro Impressão Regia 1811 1 v.
96. Collecção das leis do Brazil. -- Reimpressão / pelo 1º escripturario do Thesouro Nacional Joaquim Isidoro Simões. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1889-1891. 4 v. ; 23 cm. --
97. Compilação systematica das leis extravagantes de portugal offerecida principe regente nosso senhor Pelo Doutor Vicente Jose Ferreira Cardozo da Costa Lisboa Impressão Regia 1806 402 p.
98. Bardin. Dictionaire de l'Armée de Terre, ou, Recherches Historiques sur l'Arte et les Usages Militaires des Anciens et des Modernes / par le General Bardin. --

Paris : Perrotin, [18-?] v.

99. Decretos do imperador d. Pedro I e da regência. -- Rio de Janeiro : Na Typographia Nacional, [18--]. 1 v.

100. Decretos do imperador d. Pedro I e da regência. -- Rio de Janeiro : Na Typographia Nacional, [18--]. 1 v.

101. Tratado de amizade, navegação, e commercio entre as muito altas, e muito poderosas senhoras dona maria I rainha de portugal e catharina II imperatriz de todas as russias : assinado em petersburgo pelos plenipotenciarios de huma, e outra corte em 9 de dezembro de 1787 e ratificado por ambas as magestades. -- Lisboa Regia Officina Typografica 1789 1 v.

102. Ovidio, 43 A.C.-17 D.C. Les fastes. Les tristes / Ovide ; traduction de la collection pankhouse par mm. th. Burette et Vernadé. -- Paris : Garnier Freres, [15--]. 555 p.